



EDITORIAL



Para combater o desmonte do Estado Brasileiro: organização e luta!

O surgimento da nossa profissão está ligado ao processo da sociedade capitalista monopolista na sua fase de expansão e, como resposta às expressões da questão social, ela atua nas políticas públicas. Com o processo de financeirização da economia mundial e do imperialismo norteamericano, as expressões da questão social têm sido acentuadas no Brasil e no mundo. Basta observar o processo de desigualdade social, a superpopulação relativa e o alto índice de desemprego, a precarização das relações de trabalho - trabalho temporário, trabalho por contrato, milhares de trabalhadores fora do alcance da previdência social e dos direitos sociais - e o aumento da pobreza e da violência, principalmente para os segmentos mais vulneráveis, que são as mulheres, os negros e os jovens das grandes periferias.

O Brasil passa ainda por um processo de golpe institucional, com o apoio da grande mídia brasileira, de setores do poder judiciário e do parlamento, com o apoio do capital internacional. O objetivo do golpe desmontar a economia brasileira para fortalecer o processo de privatização e enfraquecer o bloco econômico BRICS, que começa a ameaçar as grandes economias mundiais. O momento em nosso país é de retrocesso. O governo ilegítimo de Michel Temer vem golpeando sucessivamen-

te a classe trabalhadora e a população mais vulnerável do país, pondo em xeque a democracia, atacando direitos dos trabalhadores, retirando e ameaçando diversos direitos sociais conquistados na história democrática recente do país, a exemplo da Reforma da Previdência, da PEC 55, o avanço do processo de terceirização, a retirada de direitos históricos previstos na CLT, reforma do ensino médio, Redução do Sistema Único do Saúde, o desmonte do Sistema Único de Assistência Social, entre outras várias medidas que representam o aprofundamento do neoliberalismo no país.

Em Sergipe o cenário não é diferente. Vivenciamos um processo de sucateamento das políticas por parte do governo do Estado, sentimos na pele a falta de condições de trabalho, os baixos e atrasados salários e sofremos com a sobrecarga de trabalho sem que haja concurso público para suprir as lacunas nos órgãos públicos.

Diante deste cenário caótico, nós, assistentes sociais não podemos nos furtar do nosso papel de nos somar ao conjunto da classe trabalhadora, aos movimentos populares sociais, sindicais e à juventude na luta contra esse processo de desmonte do Estado Brasileiro, que nos atinge duplamente: enquanto trabalhadores dessas políticas, e na condição de usuários, que necessitam dos serviços que são

“
“Nós podemos
tudo, nós podemos
mais”.
(Gonzaguinha)
”

ofertados pelo Estado Brasileiro.

Enquanto Assistentes Sociais, temos um desafio: lutar contra essa conjuntura e, ao mesmo tempo, defender a valorização da nossa profissão. Enquanto profissionais do serviço social, temos papel fundamental no processo de resistência contra o desmonte do Estado Brasileiro, pois nosso fazer profissional é eminentemente político. Temos o desafio de desenvolver, no nosso cotidiano, um trabalho pedagógico de educação popular, traduzindo para o usuário o papel dessas políticas, os prejuízos do dismantelo dessas políticas a médio e longo prazo, e a importância do processo de resistência contra o desmonte do Estado Brasileiro, não apenas a fim de reverter o cenário posto, mas de construir outro processo de sociabilidade, baseado na emancipação humana, com igualdade, liberdade, democracia, sem opressão e sem exploração.

Anuidade em Dia, CRESS forte!



Uma das iniciativas desenvolvidas pelo Conselho Regional de Serviço Social 18ª. Região - Sergipe (CRESS/SE) em 2016 foi a continuidade da campanha "Anuidade em Dia, CRESS forte!", lançada em dezembro de 2015, cujo objetivo é fortalecer o conselho profissional e a defesa da profissão e da sociedade. E isso só é possível com uma estrutura administrativo-financeira equilibrada, que dê suporte às suas ações legais e políticas nas distintas esferas de atuação.

As ações desenvolvidas pelo CRESS/se no âmbito do enfrentamento à inadimplência estão previstas na Resolução CFESS nº 777/2016, que regulamenta a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência, aprovada pelo conjunto CFESS/CRESS. "Estamos seguindo as diretrizes do Conselho Federal de Serviço Social, que prevê as dimensões: político-educativa, como o envio de lembretes e boleto de pagamento ao profissional durante o ano do exercício vigente da anuidade; e a dimensão jurídico-normativa, a exemplos da notificação formal da situação de inadimplência, a utilização de instrumentos administrativos de cobrança, tais como protesto e inscrição na dívida ativa". explica a tesoureira do CRESS/SE, Thainara Guimarães.

O assessor jurídico do

CRESS/SE, João Carvalho explica que o regional é um órgão normativo que atua na defesa do exercício da profissão Serviço Social, regulamentada pela Lei 8.662/93. "Por ser uma profissão regulamentada, a anuidade passa a ser um tributo obrigatório para a categoria e está previsto na Lei 12.514/2011", completa o advogado.

O Código de Ética do/a Assistente Social também prevê que o não pagamento da anuidade é considerado um a irregularidade perante a profissão de assistente social. O Artigo 22 do código enquadra como infração disciplinar "deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a". A pena pode chegar à interdição do exercício profissional do profissional em todo o território nacional, por um prazo que vai de 30 dias a dois anos.

Por que pagar?

"Além das sanções previstas na legislação brasileira a respeito da inadimplência da anuidade, é importante compreender que toda a fonte de renda do CRESS advém da anuidade. É com o recurso do pagamento da anuidade que o conselho desenvolve todas as suas ações, inclusive suas atividades-fim, de orientar, fiscalizar, disciplinar e

Em 2016, os recursos financeiros da anuidade possibilitaram a realização de:

- Valorização dos trabalhadores do CRESS, por meio das condições de trabalho e salários;
- ampliação das visitas de orientação e fiscalização do exercício profissional;
- Semana do/a Assistente Social;
- Resgate da memória do Serviço Social e do CRESS Sergipe
- Campanha pela Valorização da Profissão e das Políticas Públicas
- Aprofundamento da transparência no uso de recursos do conselho (reestruturação do site do CRESS/SE)
- Manutenção da sede

defender o exercício da profissão de assistente social em Sergipe", ressaltou Thainara, destacando que o recurso arrecadado com a anuidade do conselho serve ainda para financiar desde a manutenção da estrutura administrativa, até as ações políticas de valorização da profissão, de luta pela criação do cargo de serviço social e reconhecimento social da profissão.

"Esse recurso instrumentaliza o CRESS/SE para fazer, na prática, o enfrentamento na sociedade e a defesa constante do projeto ético-político da profissão do Serviço Social. Assim, permite que o conselho permaneça construindo ações políticas em defesa da categoria e da sociedade e a apoiar as lutas sociais no combate às opressões e na defesa dos direitos humanos e da democracia", finalizou a tesoureira.

Eleições do conjunto CFESS-CRESS. Participe!

A direção do Conselho Regional de Serviço Social 18a. Região Sergipe (CRESS/SE) convoca todos os/as assistentes sociais para participar do Processo Eleitoral no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, nos dias 15 e 16 de março de 2017.

A votação será mista, ou seja, será realizada presencialmente e por correspondência. Para os Assistentes Sociais que residem em Aracaju e na grande Aracaju a votação acontecerá presencial-

mente na sede do CRESS/SE, na rua Dom José Thomaz, 683, Bairro São José, em Aracaju e para os Assistentes Sociais que residem no interior será feita por correspondência.

A data escolhida segue o calendário nacional das eleições, estabelecido de acordo com as normas regimentais e do Código Eleitoral em vigor, instituído pela Resolução 659/2013 do CFESS.

"Eleger de forma direta a gestão - em âmbito regional e federal - do nosso

conselho de classe, significa para nós, assistentes sociais, escolher a direção política que será dada à nossa profissão, reafirmando assim a defesa do nosso projeto ético-político", explica Itanamara Guedes ao reforçar o caráter democrático do processo decisório.

EXPEDIENTE

RETROSPECTIVA 2016

CRESS esteve na resistência contra o desmonte das políticas públicas e em defesa da democracia

Diante das ameaças e retiradas sucessivas de direitos da população, os desafios da classe trabalhadora e dos/as Assistentes Sociais em 2016 foram imensos. Com entidade representativa da categoria no Estado, o CRESS/SE não se furtou em participar da construção dos espaços de resistência ao desmonte do Estado Brasileiro, da defesa da democracia e contra os retrocessos no campo dos direitos.

O regional esteve presente em diversos atos realizados coletivamente pelos movimentos sociais, populares, sindical e juventude, a exemplo do Dia Nacional de Mobilização e luta, Dia Nacional de Greve. Também realizamos, em novembro deste ano, o Dia Nacional de Mobilização "Nada a Temer: Assistentes Sociais Contra a Regressão de Direitos", uma grande mobilização Nacional da categoria em todo o país para mostrar à sociedade o seu posicionamento contrário às medidas adotadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer e seus impactos nas políticas públicas. O Dia

Nacional de Mobilização foi uma convocação dos Conselhos Federal e Regional de Serviço Social e, em Sergipe, foi realizado juntamente com a Frente Sergipana Brasil Popular.

Em junho deste ano, o CRESS/SE lançou o Fórum em Defesa das Políticas Públicas e da Democracia, um espaço de aglutinação e incidência política dos usuários/as e trabalhadores/as, conselhos de classe, movimentos sociais, sindicais e populares com o objetivo intervir na realidade social para enfrentar o contexto atual de desmonte das políticas sociais. Com ampla participação de assistentes sociais, trabalhadores e usuários do SUAS, militantes de movimentos populares, sociais, sindicais e de direitos humanos, o lançamento foi marcado pela palestra "A Política de Assistência Social no contexto político atual", proferida pela ex-coordenadora da Rede de Proteção Social da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate



a Fome/MDS, Lea Braga. Também participou, na condição de debatedor, o ex-presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), Valdiosmar Vieira Santos.

O CRESS Sergipe também protagonizou a articulação e passou a coordenar a Frente Sergipana da Seguridade Social, mais um espaço de aglutinação de entidades, movimentos e trabalhadores em defesa das políticas de assistência, previdência e saúde, diante do o contexto atual de desmonte destas políticas.

No âmbito da organização dos trabalhadores de Aracaju, o CRESS Sergipe apoiou a greve dos Assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Aracaju e a criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Aracaju (FMTSUAS), a fim de combater o desmonte da política de assistência na capital.

RETROSPECTIVA 2016

CRESS na defesa da política de Assistência Social

No âmbito da defesa do SUAS, o CRESS Sergipe encampou a luta em defesa do repasse do co-financiamento da política de assistência social do Estado para os municípios, que chegou a atrasar por mais de um ano. A situação gerou insegurança nos profissionais, atrasos salariais e até a suspensão de serviços no âmbito da assistência social em alguns municípios por falta de recursos para sua execução.

Assim, o conselho cobrou publicamente e diretamente ao Estado a regularização da situação, tendo participado de audiência com a Secretária da SEIDH, Marta Leão, mediada pela Deputada Estadual Ana Lúcia, em abril deste ano, para debater alternativas para superar o problema. Em maio, durante as comemorações da Semana do/a Assistente Social, o conselho entregou aos parlamentares uma carta contendo diversas reivindicações da categoria, entre elas a regularização do co-financiamento. Na mesma ocasião, em seu



discurso na tribuna da Assembleia Legislativa, a presidente do CRESS/SE, Itanamara Guedes, denunciou a situação. O resultado da pressão da categoria foi a retomada do repasse, em outubro deste ano.

Valorização da profissão

Em 2016, o CRESS deu continuidade à campanha permanente em Defesa das Políticas Públicas e da Valorização da Profissão de Serviço Social, lançada em outubro de 2014. Neste sentido, o regional realizou, durante a Semana do/a Assistente Social o Ato público "Na luta pelo Fortalecimento do Serviço Social e das políticas sociais", em frente a Assembleia Legislativa de Sergipe.

O fortalecimento das políticas sociais, a valorização dos profissionais do serviço social, a ampliação do orçamento voltado para a área social, a ampliação de oferta de serviços de saúde, a garantia do co-financiamento da política de assistência social, foram algumas das pautas da categoria defendidas no ato e ao longo do ano de 2016.

Ainda no sentido de lutar pela valorização da categoria, a presidente do CRESS ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) para fazer pronunciamento a respeito da atuação do assistente social nas políticas públicas em Sergipe e apresentar as principais demandas da categoria para o legislativo estadual, a convite da deputada estadual Ana Lúcia, autora do requerimento que permitiu a realização das palestras. Neste sentido, ao final da atividade, CRESS/SE apresentou carta aberta aos parlamentares sergipanos reivindicando a criação do Cargo de Serviço Social em diversas áreas de atuação, a exemplo da educação, e a realização de concurso público em diversas áreas sociais do Estado.

RETROSPECTIVA 2016

Além do CRESS/SE representaram a categoria a conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Josiane Soares e o representante do Sindicato dos/das Assistentes Sociais de Sergipe, Anselmo Menezes.

Ainda no sentido de dialogar com o Legislativo com vistas a defender a valorização profissional e a qualidade das políticas públicas, o CRESS/SE ocupou também a tribuna da Câmara Municipal de Aracaju no projeto “Tribuna Livre”, a convite do vereador Iran Barbosa. Na ocasião, a conselheira Clara Bezerra apresentou um panorama das condições de trabalhos profissionais que atuam em Aracaju, marcada pela precarização das políticas públicas.

Lei das 30 horas

Outra incidências importantes do CRESS em 2016 foi a defesa do cumprimento da Lei 12.317, que assegura aos assistentes sociais o regime de trabalho de 30 horas semanais, sem redução do salário. Em vigor desde 2010, a lei representa uma conquista histórica dos/as assistentes sociais brasileiros/as no sentido de garantir melhores condições de trabalho para esses profissionais. Porém, ainda é frequentemente desrespeitada pelos setores público e privado. A fim de assegurar o cumprimento da Lei, o CRESS fez incidência em diversos editais que insistiam em ofertar vagas para assistentes sociais em desacordo com o que prevê a legislação, bem como notificou prefeituras e bancas organizadoras de concursos públicos sobre o cumprimento da lei 12.317/2010.

Resgate da memória do Serviço Social é prioridade para o CRESS/SE



Por compreender que resgatar a história do Serviço Social significa manter pulsante uma profissão que cumpriu papel fundamental nas lutas sociais do país, o CRESS Sergipe realizou uma série de ações com o intuito de resgatar a memória do Serviço Social

e da organização dos/as Assistentes Sociais em torno do Conselho Regional de Serviço Social em Sergipe. O tema foi abordado durante as atividades da Semana do/a Assistente Social 2016, em especial na palestra ministrada pela professoras e pesquisadoras na área de serviço Social, Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP) e Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, a professora Lica (UFS).

Outra ação que corroborou com o resgate da memória do serviço social foi a realização do documentário “Memórias do CRESS”, que conta a história do CRESS Sergipe por meio do depoimento de ex-presidentes da entidade e do resgate de documentos, fotos e histórias que marcaram as lutas do conselho em Sergipe, desde a sua criação, na década de 1980, até os dias atuais. O documentário também contextualiza a trajetória do conselho nas lutas sociais que marcaram os principais momentos e fatos da história do país e de Sergipe

Arrumando a casa: reorganização administrativa marcou 2016



Internamente, o ano de 2016 foi um período de organização do espaço do conselho no âmbito administrativo e financeiro. Além da intensificação da campanha “Anuidade em Dia, CRESS Forte”, o regional SE ampliou o horário de atendimento, realizou processo seletivo para o cargo de Assistente Administrativo, contratou consultoria para a realização de licitações, além de ter concedido aumento salarial de 11% em 2015 e de 10% em 2016 aos funcionários e assessores, o aumento de 13,55% no auxílio saúde, tem como meta implantar o Plano de Cargos, carreira e salário no primeiro semestre de 2017 e promoveu a participação de conselheiros, funcionários e da base nos eventos do CFESS/CRESS. No campo da comunicação, o conselho também deu importantes passos: reestruturou seu sítio na internet, lançou nova logomarca do conselho e ampliou a transparência no uso de recursos ao aderir ao portal da transparência.

Orientação e Fiscalização

No tocante às visitas de orientação e fiscalização, o regional realizou visitas de averiguação sobre exercício ilegal da

profissão, além de visitas de orientação e fiscalização nos equipamentos sociais da Assistência social e nas unidades básicas de saúde da Prefeitura de Aracaju, nas unidades do TJSE e da Fundação Hospitalar na capital e interior. O CRESS também participou de audiência com gestores das políticas públicas para defesa das condições técnicas e éticas de trabalho.

A diretoria do CRESS/SE juntamente com o setor de fiscalização promoveu reuniões de orientações sobre sigilo profissional com os profissionais do IFS, da UFS e da coordenação do Núcleo Psicossocial da SEMFAS, além de reuniões com outros segmentos da categoria para tratar sobre competências e atribuições do fazer profissional do Assistente Social, a exemplo da reunião com as profissionais do HUSE.

Saúde mental

O Conjunto CFESS-CRESS tem um compromisso histórico com a luta pela reforma psiquiátrica e com movimento antimanicomial, sempre numa perspectiva de ampliar a autonomia e os direitos dos usuários da política de saúde mental. Portanto, o CRESS/SE não se omitiu distantes dos desafios postos na pauta da saúde mental em 2016.

Outra pauta que mobilizou o movimento pela reforma psiquiátrica foi a privatização do CAPS David Capistrano, em fevereiro de 2016. Além de ter divulgado uma nota pública em solidariedade aos trabalhadores do CAPS, o CRESS participou de atos públicos, reuniões e de uma Sessão Especial na Assembleia Legislativa de Sergipe sobre o tema. O Regional esteve representado pela assistente social do CAPS de Boquim e conselheira Diléa Lucas de Carvalho, que palestrou na tribuna da Casa Legislativa sobre a situação da política de saúde mental no Estado. O evento também contou com a palestra do usuário do CAPS e membro da Associação de Usuários de Saúde Mental de Sergipe (AUSMES), Everton da Costa Tavares.

Apoio aos estudantes da UFS na luta pela convocação dos professores

O CRESS/SE apoiou a luta dos estudantes de Serviço Social da UFS, que passaram mais de quatro meses sem professor de quatro disciplinas da grade do curso. O Regional apoiou e auxiliou na divulgação dos atos dos estudantes e participou de audiência pública no Ministério Público Federal, em setembro deste ano. O resultado da audiência foi uma Ação Civil Pública que garantiu a convocação dos professores aprovados no concurso da UFS e o retardo de disciplinas essenciais para a grade do curso, a exemplo de Formação Sócio Histórica do Brasil I; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTM I); Seminários Temáticos e Serviço Social e Processo de Trabalho.